



**7º Encontro Internacional de Política Social**  
**14º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: **Contrarreformas ou Revolução: respostas ao**  
**capitalismo em crise**  
Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

---

Mesa coordenada **Tragédia socioambiental da mineração em Fundão (MG): desafios e tensões da reparação via Fundação Renova.**

**AMBIENTALISMO E A EXPANSÃO DA SAMARCO:  
BASES DO CRIME AMBIENTAL DE MARIANA (2015)**

**André Ricardo Valle Vasco Pereira<sup>1</sup>**

**Resumo**

Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), ocorrido em 2015. São apresentados resultados parciais de um dos temas do estudo, que lida com o isolamento dos movimentos ambientalistas e seu impedimento de questionar a expansão ampliada da Samarco Mineração. São apresentados o conjunto de atores que se articularam para defender este resultado, sem que fossem tomadas medidas adequadas para impedir o uso dos meios produtivos à exaustão, o que resultou no evento citado. O isolamento dos ambientalistas, neste sentido, foi fundamental para impedir o controle social da empresa. Após abordar a dinâmica do relacionamento entre estes atores, são consideradas as ações dos ambientalistas no sentido de tentar uma articulação mais ampla.

**Palavras-chave:** Ambientalismo; Samarco; Crime Ambiental; Anchieta (ES); Mineração.

**Abstract**

This work is part of a broad-based research on the breakdown of the Fundão dam in Mariana, Minas Gerais, Brazil, in 2015. Partial results are here presented, which deals with the isolation of environmental movements and their impediment to question the expansion of the Samarco Mining plant. The set of actors articulated to defend this result are presented. They avoided adequate measures to prevent the use of Samarco's productive means to exhaustion, which resulted in the mentioned event. The isolation of environmentalists, in this sense, was fundamental to prevent the company's social control. The article consider the relationship between those actors and, then show the environmentalists effort to scape isolation.

**Keywords:** Environmental Movements; Samarco Mining Co.; Environmental Crime; Anchieta (ES, Brazil); Mining.

**Introdução**

Em novembro de 2015, a barragem de rejeitos de Fundão (MG), da Samarco Mineração S. A., rompeu, resultando num gravíssimo crime ambiental. Como resultado, a empresa e suas proprietárias – as mineradoras Vale S. A. e BHP Billiton – assinaram Termos de Transação e Ajustamento de Conduta (TTACs), que levaram à criação de uma entidade de direito privado, a Fundação Renova, com o fito de promover ações de reparação e recuperação do meio ambiente.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ; professor do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: <andre.r.pereira@ufes.br>.

A Samarco extrai minério de ferro da região de Mariana, em Minas Gerais, faz o seu transporte, por meio de minerodutos, até Anchieta, no Espírito Santo. Ali, o produto é transformado em pelotas de minério, que são embarcadas em porto próprio e vendidas ao exterior. Durante a primeira década do século XXI, deu-se uma conjunção de fatores que a levou a investir na ampliação de sua estrutura produtiva, passando de duas usinas pelletizadoras e um mineroduto para 4 usinas e três minerodutos.

Os locais nos quais a Samarco atua são municípios pequenos, que dependem da empresa. Os movimentos sociais aí presentes enfrentam grandes dificuldades caso assumam uma postura crítica com relação aos seus impactos sociais e ambientais. Durante a conjuntura de expansão da estrutura produtiva, em particular, as entidades que se dedicam à luta em defesa do meio ambiente enfrentaram uma situação de isolamento e de multiplicação de tarefas, o que dificultou sua capacidade de representar interesses que pudessem questionar os resultados de tal expansão.

A conjuntura em questão passa por duas fases. A primeira vai de 2000 até 2008, quando houve a crise econômica mundial. A segunda vai de 2008 até o rompimento da barragem, em 2015. Na primeira fase, combinaram-se uma série de fatores que viriam a estimular a sua expansão ampliada. O **primeiro** foi a decolagem do superciclo das *commodities*, que se inicia, no caso do minério de ferro, em 2003. Neste período, o produto e seus derivados passaram por altas expressivas de valor de mercado. O **segundo fator** foi a aquisição, em 2000, da empresa Sociedade Anônima Mineradora Trindade (SAMITRI), uma das proprietárias da Samarco, juntamente com *The Broken Hill Proprietary Company Limited* (BHP). Na época, a Vale S. A. (ainda chamada de Companhia Vale do Rio Doce, CVRD) fez um acordo com a BHP, por meio do qual as duas passaram a dispor de 50% das ações da Samarco. Posteriormente, em 2001, a BHP passou por um processo de fusão com a mineradora Billiton, formando a BHP Billiton.

No início dos anos 2000, portanto, houve uma alta substantiva dos preços do minério de ferro e derivados, ao mesmo tempo em que empresas de mineração passaram por fusões e aquisições. Na época, a constituição de grandes grupos empresariais no setor funcionou como forma de aumentar os seus valores de mercado e, ao mesmo tempo, assumir posições de maior força na negociação dos preços de suas mercadorias. Desta forma, duas das maiores empresas de mineração do mundo, a Vale e a BHP

(posteriormente, BHP Billiton) se tornaram donas da Samarco. Este acontecimento não se deu de forma isolada com relação ao conjunto de mudanças que estava ocorrendo.

Até 1997, a CVRD era uma empresa estatal. Neste ano, foi privatizada. O controle acionário foi adquirido pelo Consórcio Brasil, liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Devido a uma série de conflitos entre a CSN e outros sócios, em 2001, concluiu-se o descruzamento de ações entre esta e a CVRD, levando Roger Agnelli, originário do banco Bradesco, ao cargo de presidente (COMPANHIA, 2009).

O papel de Agnelli, na condição de CEO, alinhado com a lógica do controle do capital financeiro, foi o de dar continuidade à valorização de mercado da Vale, por meio de mais aquisições e concentração do negócio na mineração, cujas margens de lucro são maiores que as da siderurgia (RAMSEY; ALMEIDA, 2010). Aí entra em questão o **terceiro fator**, que a foi a vitória de Luís Inácio Lula da Silva (PT) no pleito de 2002. O seu governo foi constituído, de início, por dois núcleos: o primeiro, com perfil neoliberal, liderado pelo Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. O segundo, de linha neodesenvolvimentista (BASTOS, 2012), com o Ministro do Planejamento, Guido Mantega, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa (BUGIATO, 2016).

Lessa promoveu um aumento da participação acionária do BNDESPar na Valepar, que era a associação de acionistas que controlava a Vale. Desta forma, o governo federal passou a ter maior ingerência, contando com as ações dos fundos de Pensão do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal na direção da mineradora. O núcleo neodesenvolvimentista passou a defender uma ação organizada do Estado no sentido de promover o aumento da agregação de valor nas cadeias de produção de *commodities* no Brasil, como no caso do minério de ferro e derivados. Com isso, a direção executiva da Vale se viu pressionada e investir no setor de siderurgia, em que pese a orientação mais voltada para a mineração em si. Disso resultou o projeto de uma planta no Rio de Janeiro, em sociedade com uma empresa alemã, e outra, no Maranhão, em sociedade com uma firma chinesa. O primeiro projeto foi efetivado. O segundo, enfrentou resistências e acabou sendo atraído para o Espírito Santo.

É neste ponto que se apresenta o **quarto fator**: a adesão do governo capixaba, sob a direção de Paulo Hartung (dois mandatos seguidos, de 2003 a 2010; retornando para um

terceiro no período 2015-2018), e de Renato Casagrande (2011-2014), à criação de condições favoráveis para que as empresas produtoras de *commodities* pudessem instalar e ampliar suas estruturas produtivas no estado (MOREIRA, 2008; BARBOSA, 2010; ZANOTELLI, 2014; PEROZINI, 2017). Tanto no caso do governo do estado quanto do federal, as instituições responsáveis pelo controle ambiental não agiram de maneira autônoma e pró-ativa, de forma que a proteção ao meio ambiente fosse considerada como condição para a avaliação e mesmo o custo dos projetos industriais. Esta orientação favorável à implantação de grandes plantas, na qual a licença ambiental era vista como uma etapa ou até empecilho, era amplamente apoiada pelos órgãos de grande imprensa do estado.

O **quarto fator** remete ao movimento sindical. No caso da Samarco, em particular os sindicatos dos metalúrgicos e da construção civil. Sob influência da Central Única dos Trabalhadores, alinhada ao governo federal, estas entidades assumiram uma linha de luta corporativa pela melhoria das condições de trabalho, tendo ficado à margem da discussão em si da lógica do desenvolvimento e seus custos. Além disso, não investiram em alianças estratégicas com os movimentos em defesa do meio ambiente, de forma a constituir uma coalizão que pudesse alterar o estímulo a uma expansão excessiva e com baixos níveis de controle das estruturas produtivas da mineração.

Por fim, o **quinto fator** tem a ver com o início da prática da assinatura de Termos de Ajuste de Conduta (TAC's), muitas vezes sob pressão dos ambientalistas, por intervenção do Ministério Público Estadual, mas desacompanhado de mecanismos de controle dos seus dispositivos por parte do poder público, resultando na transferência de tais responsabilidades às empresas (VIEIRA; LOUREIRO, 2010; CORRÊA, 2013). Esta dinâmica teve influência direta na elaboração do TTAC posterior e no desenho institucional da Fundação Renova, de forma que o crime ambiental pode ser explicado pela confluência de fatores políticos e econômicos em favor de um aumento excessivo de produtividade, desacompanhado de medidas de prevenção e segurança adequados (devido ao isolamento social do ambientalismo), e “regulados” por instrumentos legais com baixíssimo nível de efetividade, resultante de um descompromisso do poder público com base no argumento da lentidão da Justiça e da falta de recursos para compor instituições habilitadas ao controle ambiental.

Assim: aumento dos preços do produto + controle da Samarco pela Vale e BHP + governo federal e estaduais favorecendo/estimulando as empresas (inclusive quanto ao controle ambiental) + sindicalismo de linha corporativa + opção por TAC's e transferência de controles às empresas = estímulo à expansão da atividade produtiva sem as devidas contrapartidas em termos de mecanismos que reduzissem os impactos sociais, econômicos e ambientais ao máximo e, ao mesmo tempo, evitassem o uso de equipamentos e instalações à exaustão, aumentando a probabilidade de quebras e rompimentos catastróficos dos mesmos. É importante notar que a parte física de uma firma não funciona sem o trabalho humano (RODRIGUES, 2001). Na fase citada, o recurso à terceirização no setor foi ampliado. Ao mesmo tempo, as empresas alteraram escalas de turnos e negociaram o pagamento de Participações nos Lucros e Resultados por meio da imposição de metas relacionadas ao aumento de sua atividade final. Todos estes elementos tiveram enorme influência nos seguidos recordes de produção. As estruturas não são usadas à exaustão sem que os seres humanos sejam forçados a isso.

Foi dito acima que houve duas conjunturas. Após a crise de 2008, deu-se uma recuperação do mercado internacional de mineração até o fim do superciclo das *commodities*, por volta de 2014. Nesta fase, os projetos de expansão das instalações físicas que estavam em curso foram concluídos. Os empréstimos adquiridos para tanto e a própria lógica de valorização para o mercado, estimularam a Samarco a continuar aumentando sua produção, mesmo após a queda do preço do produto, de forma a compensar perdas e acumular recursos para o futuro (MILANEZ, SANTOS, MANSUR, 2016). Inclusive porque é da natureza do mercado de *commodities* que passe por ciclos de alta e queda. Ocorre, porém, que, com o fim da expansão ampliada, o uso de equipamentos e instalações à exaustão tornou-se mais dramático, pois nem todos as diferentes partes da empresa foram alteradas no mesmo ritmo. Foi o caso da barragem de rejeitos de Fundão. Ela foi construída por meio de uma técnica de alteamento, à montante, que é menos segura conforme o tempo passa e o conteúdo do reservatório vai aumentando excessivamente. Para tanto, contribuiu não só a produção da Samarco como da Vale S. A., que também fez uso da mesma instalação. Assim, o rompimento que houve em 2015 não foi um acidente, ou seja, uma confluência de fatores imprevisíveis e, portanto, fora do alcance de controles que pudessem ser estabelecidos com antecedência.

Há uma via analítica alternativa, expressa no conceito de “crime corporativo” (FERREIRA, 2016). Estes ocorrem quando dirigentes de empresas desenvolvem comportamentos criminosos devido a sua adesão à cultura da corporação. Eles são influenciados pelas diretrizes internas da firma, sendo que vislumbram apenas cumprir com as ordens de conduta preestabelecidas. Em que pese o fato de ser uma abordagem interessante para considerar a responsabilidade das companhias, ela deixa de lado o papel dos demais atores, conforme observado antes. Por fim, há que se destacar a existência de uma lei, a de número 9.605 (BRASIL, 1998), que caracteriza os crimes ambientais, que resultam de danos à saúde humana, mortandade de animais e destruição significativa da flora (artigo 54). Ela tipifica o conceito de crime ambiental, em que pese o fato de que não tenha ainda ocorrido decisão judicial transitada em julgado sobre os eventos. Além do mais, o termo “crime” vem sendo usado por atingidos, como parte de sua percepção do processo (MILANEZ; LOSEKANN, 2016).

É, portanto, com base neste cenário que será considerado o objeto de estudo, o movimento ambientalista de Anchieta (ES) e imediações ANTES do rompimento da barragem, como parte de uma pesquisa que ainda se encontra em desenvolvimento. Desta forma, o material empírico obtido se encontra disponível na cobertura de imprensa, sendo que ainda haverá futuros desenvolvimentos neste sentido. A hipótese é a de que as entidades envolvidas na defesa do meio ambiente que enfrentaram o desafio de responder à expansão ampliada da Samarco foram isoladas pela confluência de fatores citados acima, encontrando poucas possibilidades de interferir neste processo. Também é importante notar que, no mesmo momento histórico, foram elaborados, definidos e propagandeados e, em alguns casos, executados, projetos de desenvolvimento econômicos de grandes proporções no Espírito Santo e em outras partes do Brasil. No caso capixaba, destaca-se o acordo feito entre a Vale S. A. e a companhia chinesa Baosteel, que pretenderam instalar uma siderúrgica integrada na retroárea da Samarco. Mesmo quando este projeto foi abandonado, a Vale o manteve, com o nome de Companhia Siderúrgica de Ubú. Ao mesmo tempo, junto com o governo do estado, pensou-se em construir um ramal ferroviário entre Vila Velha e Anchieta, que serviria a tal empresa, realizando uma autêntica integração entre o sistema da Vale e da Samarco. E, dado que a Petrobras vinha fazendo pesados investimentos da extração de petróleo no mar do Espírito Santo, foram elaborados projetos relacionados à expansão do porto que serve à Samarco para prestar serviços

*offshore*. Tudo isso, sem mencionar a possibilidade de que uma empresa semelhante à Samarco, a Ferrous, reproduzisse o seu modelo em um município vizinho, o de Presidente Kennedy. Deste conjunto de planos, apenas a expansão da Samarco foi, de fato, realizada, além de uma Unidade de Tratamento de Gás da Petrobras. Contudo, durante muito tempo, houve expectativas concretas quanto a tais mudanças, o que levou os movimentos ambientalistas a dividirem sua atenção e assumirem tarefas bem superiores à sua capacidade de atuação e articulação.

### **Desenvolvimento**

No caso das entidades ligadas ao movimento ambientalista, é preciso destacar duas: o Grupo de Apoio ao Meio Ambiente (GAMA), dirigido por Bruno Fernandes da Silva, e o Programa de Apoio e Interação Ambiental (PROGAIA), liderado por Ilda Freitas. Em 2008, como resultado de um esforço de articulação, foi criado o Fórum das Entidades Civas Organizadas do Litoral Sul do Espírito Santo. No caso dos aliados da Samarco e do projeto geral de expansão econômica do sul do Espírito Santo mais ativamente citados pela imprensa, surgem: a) a empresa de consultoria CEPEMAR, especializada na elaboração de estudos de impacto ambiental; b) a entidade empresarial Movimento ES em Ação; c) a empresa de pesquisa de opinião pública Instituto Futura (que também atua no ES em Ação); d) lideranças políticas locais, como um dos prefeitos de Anchieta, Edival Petri (PSDB).

O governo federal, sob a direção do PT, deu grandes estímulos à Petrobras para aumentar sua produtividade, para internalizar compras, estimular a formação de redes de fornecedores, e para a pesquisa que acabou resultando na descoberta das reservas de pré-sal na costa brasileira. Entre estas, depósitos foram localizados no mar do Espírito Santo. Assim, a ampliação da produção de petróleo na costa capixaba trouxe vários impactos econômicos, principalmente no setor de serviços portuários. Junto ao aumento da extração de óleo, foram elaboradas propostas de construção de refinarias no território nacional.

Durante a década de 1990, o estado do Espírito Santo passou por uma sequência de governos que não conseguiram administrar bem as contas públicas. Em 2002, ao ser eleito, o então senador Paulo Hartung (PSB) se viu na obrigação de sanear as dívidas. Ele contou com o apoio de lideranças empresariais, reunidas principalmente no Movimento ES em Ação, que começou a elaborar e pagar a empresas privadas pelo

planejamento estratégico do estado. Desta forma, seu governo não dispunha de recursos para investimentos e, ao mesmo tempo, atendia a uma agenda das grandes empresas instaladas. Por esta razão, a postura assumida por sua administração foi a de cooperar com as empresas e oferecer facilidades a elas e a qualquer tipo de iniciativa que promovesse desenvolvimento econômico e empregabilidade. Neste sentido, pode-se falar de uma aliança entre o governo do Estado e as empresas de mineração, além das de celulose e do setor de petróleo e gás, todas com alta capacidade de endividamento próprio e demandantes de amplas obras de construção, setor com alta capacidade de indução ao emprego. Tendo em vista o histórico anterior de crise das contas públicas, os anúncios de investimentos das grandes empresas funcionavam como notícias positivas, tendo em vista que o governo só adquiriu maior capacidade de investimento próprio no segundo mandato, iniciado em 2007.

Para acelerar os anúncios e criar condições favoráveis ao novo ambiente de negócios, provocado pelo boom das *commodities* e da indução promovida pelo governo federal, as autoridades do Espírito Santo buscaram não só atender aos interesses das empresas, mas também atrair investimentos. Um deles foi, por exemplo, uma refinaria de petróleo, junto a investidores árabes, as cercanias da Samarco, devido à presença porto de Ubú ao lado da Samarco e sua proximidade com a área de extração de óleo no mar.

Assim, constitui-se uma dinâmica de relações entre o governo do estado, as entidades empresariais e as grandes firmas que apontam para uma aliança de atores com enormes recursos de poder, sempre divulgando os projetos na imprensa local com destaque para o grande contingente de pessoas que seriam contratadas, principalmente por conta das obras de construção civil. Neste sentido, a cobertura jornalística teve responsabilidade significativa, pois disseminou um entendimento positivo com relação aos projetos. A exceção ficou com conta do site de notícias Século Diário, alinhado com o tema do ambientalismo. Assim, governo do estado + empresas + grande imprensa + governo federal + os atores citados acima (que se envolveram de maneira mais direta nos embates com as entidades) formaram um bloco com volumes imensamente maiores de poder empírico e simbólicos que as entidades ambientalistas.

Como se não bastasse o quadro citado, para as entidades da Sociedade Civil, espaços institucionais se mostraram fechados ou pouco voltados a atender seus pleitos. Foi o caso da Assembleia Legislativa. Entre os 30 parlamentares que formam seu plenário, os

que foram citados pela imprensa no tema da pesquisa e tiveram posturas mais críticas foram Janete de Sá (PSB), Euclério Sampaio (PDT) e Cláudio Vereza (PT). Já Rodrigo Chamoun (PSB) tendeu a defender os projetos de expansão. De resto, a Assembleia se mostrou menos ativa no tema. Ao contrário, por exemplo, das autoridades ambientais, sempre vistas com desconfiança, entre as quais, a mais lembrada foi Glória Abaurre, que ocupou a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e também a presidência do Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA). Antes disso foi funcionária da CEPEMAR, sendo, portanto, tida como representante dos interesses das empresas. Outra técnica bastante citada e com o mesmo tipo de percepção negativa foi Sueli PassoniTonini, que trabalhou no IEMA em cargo técnico e assumiu sua direção em 2008.

Entre as instituições, a presença do Ministério Público Estadual (MPE) também foi cercada de críticas por parte dos defensores do meio ambiente. Os primeiros projetos de impacto para a região da Samarco foram anunciados em 2003 (Ferrovia Litorânea Sul, terceira usina de pelotização da Samarco e segundo mineroduto) e 2004 (Refinaria da ArabianGulfOil). Mesmo assim, o MPE só iria criar uma Coordenadoria de Meio Ambiente para o Sul do ES em 2008. Além disso, como bem demonstram Vieira e Loureiro (2010), a preferência do órgão por vias negociadas de resolução de conflitos, como é o caso dos TAC's e de reuniões informais mediadas por ele, o colocam numa posição de suposta "neutralidade", de forma que as entidades tiveram muita dificuldade em encontrar instituições que compreendessem e apoiassem suas demandas. Uma delas, por exemplo, foi o Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH) do Rio Benevente, que banha a cidade de Anchieta e tem suas águas utilizadas pela Samarco. Os variados projetos pensados para a região (Refinaria, Usina Siderúrgica Integrada, ampliação da Samarco e empresas variadas que iriam se instalar no Polo Industrial e de Serviços de Anchieta) iriam fazer uso do mesmo recurso. Ocorre, porém, que a Secretara Executiva do CBH foi ocupada pela Samarco (pelo menos até 2008). Além disso, em 2009, ficou registrado que sua diretoria era favorável ao projeto da Siderúrgica.

Assim, o isolamento do movimento ambientalista foi de grande monta. Uma de suas estratégias para romper com este estado de coisas foi a participação em eventos, particularmente os que fornecessem meios legais para a interferência nas políticas públicas. Um primeiro registro significativo vai para a II Conferência Estadual de Meio Ambiente, realizada em 2005. Neste caso, porém, a Aracruz Celulose e a Samarco

mandaram mais representantes do que a sociedade civil, pois inscreveram 132 delegados contra 131 representantes da população. Além dos seus delegados, as empresas ainda puderam contar com os favores de alguns dos representantes do poder público, com 194 nomes. O detalhe é que as firmas levaram seus inscritos em ônibus e vans. Nas discussões dos grupos, os líderes dos mandados pelas empresas distribuíam o pessoal. Os representantes da Aracruz Celulose, por exemplo, dominaram numericamente as discussões sobre política florestal. Funcionários públicos também foram delegados e atuaram em favor das propostas corporativas (COIMBRA, 2005). Nestas circunstâncias, ocupar espaços e estabelecer coalizões majoritárias com outros ambientalistas se mostrou impossível.

No mês de junho de 2006, a Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa convocou audiências públicas para discutir os projetos de ampliação das empresas e debater o problema do chamado “pó preto”, ou seja, da poeira de minério de ferro que é carregada pelo vento desde o Complexo de Tubarão até Vitória e Vila Velha. Na ocasião, vários representantes da Sociedade Civil foram convocados, como membros de conselhos populares, associações de moradores, ambientalistas em geral, e a Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente (Acapema). Este evento revelou um aspecto importante da luta ambientalista no ES da atualidade, que é a mobilização de setores de classe média, moradores de bairros nobres, com ampla visibilidade na imprensa e incomodados com o volume de “pó preto” já existente, e que poderia vir a aumentar com os projetos de expansão. Neste mote, foi inserido o caso da Samarco, apesar desta empresa se localizar fora da região metropolitana da Grande Vitória. Foi, assim, uma interessante oportunidade para lidar com o problema como um bloco único, fortalecer laços com atores mais influentes junto à opinião pública e comprometer o Legislativo. Sair do isolamento significava, também, ir além das fronteiras de Anchieta. Ocorre, contudo, que as empresas desprezaram as audiências. A Samarco não mandou representantes, e o IEMA as defendeu, particularmente no que se refere à origem do “pó preto”, pois, até hoje, o instrumento de defesa das firmas é a de que é preciso provar que as partículas que o compõe saem de suas instalações e não de outras origens, como automóveis, queimadas e areia da construção civil. E o órgão estadual fez sua interferência no mesmo sentido. Por fim, as audiências foram suspensas por falta de quórum dos parlamentares, suspeitos de receberem financiamento eleitoral das “poluidoras” (BERNARDES, 2006). Este episódio funciona, aqui, como uma ilustração

das dificuldades de articulação das entidades ambientalistas, pois, até mesmo quando conseguem abrir brechas na ordem institucional, a capacidade de articulação do Estado e das Empresas acaba anulando este esforço e a constituição de coalizões amplas de pressão. Os militantes da região sul não iriam conseguir a adesão da classe média mais insatisfeita da Grande Vitória para sua causa.

O terceiro exemplo de atividade coletiva mais ampla foi uma Assembleia Popular, realizada em Anchieta, em 2008. Ela foi convocada pela Coordenação dos Movimentos Sociais do Espírito Santo (CMS). Esta entidade era composta por vários movimentos sociais capixabas das mais diversas áreas (sindical, direitos humanos, comunicação, reforma agrária, agricultura camponesa e orgânica, economia solidária, moradia e meio ambiente). Naquele momento, além da unidade planejada pela Vale e Baosteel, havia a possibilidade de que viessem a ser construídas outras siderúrgicas em parceria com a ArcelorMittal na mesma região. E o governo do Estado anunciava para a região um polo petroquímico, incluindo uma refinaria, que poderia ser construída em Jabaquara (BERNARDES, 2008).

A mobilização local para a Assembleia Popular foi realizada pelo GAMA e pela PROGAI. As entidades presentes indicaram o amplo arco de alianças que se tentou formar. Foram elas: a Central Única dos Trabalhadores do Espírito Santo (CUT/ES), a Federação das Associações e Movimentos Populares do ES (Famopes), o Fórum Estadual de Mulheres - ES, a organização Agente de Pastorais Negros (APN-ES), a União Brasileira de Mulheres (UBM), o Movimento Nacional da Luta pela Moradia (MNLN), o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), a Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Federação das Associações e Movimentos Populares de Guarapari (Famompog), a Cooperativa de Valorização, Incentivo e Desenvolvimento Agropecuário Sustentável (Coopervidas), com sede no Vale do Orobó, em Piúma, e a Associação Ambiental em Defesa do Rio Benevente (Amarb), de Alfredo Chaves. Ou seja, entidades de alcance nacional, estadual e local (COIMBRA, 2008a).

Mais de 220 pessoas participaram do encontro. E, como havia ocorrido em 2006, houve denúncia de que membros do serviço reservado da Polícia Militar, a PM 2, além de pessoas ligadas à CEPEMAR, se infiltraram no evento. Os policiais foram identificados por membros do Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH).

Foi discutido o fato de que a planta, chamada na época de Companhia Siderúrgica de Vitória (CSV), havia sido rejeitada pelo governo do Maranhão, para proteger a região de São Luiz da poluição. Assim uma das decisões da assembleia popular foi a de enviar um representante àquele estado para levantar todos os dados a respeito (COIMBRA, 2008b).

Como resultado das discussões, foi divulgada uma “Carta de Anchieta”. Ela afirmou que a proposta de um projeto do polo siderúrgico deveria ser amplamente debatida, de forma democrática e transparente com a sociedade civil organizada e seus respectivos segmentos. Que qualquer projeto industrial deveria ser submetido a uma rigorosa fiscalização, com participação popular, e a estudos de impacto ambiental estritos. Tendo em vista o crescimento populacional da cidade devido às obras, foi dito que o avanço demográfico deveria, necessariamente, ser precedido de um minucioso planejamento que visasse a garantir a oferta de serviços públicos essenciais eficientes. Como fecho, o documento fez perguntas que aprofundavam e formalizavam a preocupação central com o adensamento demográfico. Uma delas questionava se havia, da parte das autoridades, projetos de absorção privilegiada para a mão de obra local. E, após a conclusão das obras de construção da siderúrgica, se havia, para o período imediatamente posterior, projetos de geração de emprego para os trabalhadores que viriam a perder seus postos de trabalho. Neste sentido, o texto chamava a atenção para a cifra de 18,5 mil trabalhadores atraídos ao local, acompanhados de suas famílias, sendo que Anchieta tinha cerca de 23 mil habitantes (CARTA, 2008).

Em novembro de 2008, o governo do estado decidiu alterar a localização da CSV, de Anchieta para Presidente Kennedy. Naquele momento, os chineses resolveram sair da sociedade. Não é claro qual foi o impacto desta realocação e da crise econômica mundial na decisão tomada. Posteriormente, a Vale redimensionou o tamanho da planta para a metade, alterou seu nome para Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU), a manteve em Anchieta e passou a procurar por novos sócios. Finalmente, em 2012, desistiu de vez a ideia. Assim, logo após a Carta de Anchieta, houve certo alívio pela saída da Baosteel. Porém, a manutenção do projeto da CSU continuou preocupando os ambientalistas e desviando sua atenção para o que de fato se realizou, que foi a expansão da Samarco.

A Assembleia Popular representou o momento de maior articulação que foi possível obter. Mesmo assim, ela sofreu com o medo da vigilância que os poderosos defensores

do crescimento industrial vinham exercendo. O tom do documento é o de reconhecer uma situação de fato e buscar, desta forma, interferir nos seus rumos, diminuindo os impactos negativos. O caso do Maranhão, conhecido pelos militantes, no qual os movimentos sociais conseguiram cancelar a instalação da empresa, não foi tomado como exemplo a ser seguido, o que mostra o grau de sucesso da coalizão entre Estado, Empresas e Imprensa. Na prática, ela desviou a atenção dos ambientalistas para objetivos variados ao mesmo tempo e criou condições para que a Samarco colocasse em prática a expansão do seu parque industrial. Os ambientalistas reclamaram, na Carta de Anchieta, por maior transparência, participação social, controle e fiscalização dos projetos. Se isso fosse implantado, talvez, tivesse sido possível exigir da empresa que todas as suas instalações, equipamentos e máquinas fossem devidamente adequados à expansão pretendida. Se o sindicato dos metalúrgicos do ES tivesse se somado a este esforço com a devida capacidade de negociação, talvez tivesse sido possível limitar o aumento absurdo de produtividade e, portanto, de uso à exaustão dos meios produtivos da barragem de Fundão. Mas não foi essa a trajetória dos eventos e nada disso pode ser considerado “acidente”.

### **Considerações finais**

Muito mais coisas poderiam ser ditas sobre o movimento ambientalista e a expansão da Samarco. A limitação de espaço, porém, levou a uma estratégia que buscou focar em um dos aspectos da sua atuação que foi o esforço para participar de articulações mais amplas. Para tanto, foram escolhidos apenas três exemplos empíricos, que buscam demonstrar a tese do seu isolamento diante de forças mais poderosas e, por isso mesmo, responsáveis pelo crime que viria a acontecer em 2015.

### **Referências**

BARBOSA, Isabela B. M. **O lugar no contexto das redes globais: o polo industrial e de serviços de Anchieta, es - uma paisagem em transformação.** 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BASTOS, Pedro P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. especial, p. 779-810, dez. 2012.

BERNARDES, Flávia. Deputados se omitem sobre poluição do ar na GV. **Século Diário**, Vitória, 26 jun. 2006. Disponível em: <https://seculodiario.com.br>. Acesso em: 27 jun. 2006.

\_\_\_\_\_. Adiada assembleia que discutirá impactos dos grandes projetos no sul. **Século Diário**, Vitória, 31 mar. 2008. Disponível em: <https://seculodiario.com.br>. Acesso em: 1 abr. 2008.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 13 fev. 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm). Acesso em: 18 mai. 2019.

BUGIATO, Caio M. **A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, São Paulo, 2016.

COORDENAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ES. **Carta de Anchieta**.

Anchieta, 2008. Disponível em:

[http://unmp.org.br/index.php?view=article&catid=56%3Anoticias-dos-estados&id=159%3Aes-carta-de-anchieta&format=pdf&option=com\\_content&Itemid=76](http://unmp.org.br/index.php?view=article&catid=56%3Anoticias-dos-estados&id=159%3Aes-carta-de-anchieta&format=pdf&option=com_content&Itemid=76). Acesso em: 18 set. 2018.

COIMBRA, Ubervalter. Poluidoras jogam pesado e tomam de assalto a II Conferência Estadual de Meio Ambiente. **Século Diário**, Vitória, 28 nov. 2005. Disponível em: <https://seculodiario.com.br>. Acesso em: 29 nov. 2005.

\_\_\_\_\_. Assembleia debate poluição da Baosteel e Samarco neste sábado. **Século Diário**, Vitória, 25 abr. 2008. Disponível em: <https://seculodiario.com.br>. Acesso em: 26 abr. 2008a.

\_\_\_\_\_. No sul, Paulo Hartung infiltra polícia em assembleia popular. **Século Diário**, Vitória, 28 abr. 2008. Disponível em: <https://seculodiario.com.br>. Acesso em: 29 abr. 2008b.

COMPANHIA Vale do Rio Doce. *In*: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/companhia-vale-do-rio-doce-cvrd>. Acesso em: 20 mai. 2019.

CORRÊA, Josilene C. **Territorialidades e resistências da comunidade de pescadores de Ubu e Parati ao Polo Industrial de Anchieta**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

FERREIRA, Pamella T. M. Crime Corporativo e a Sociedade Unidimensional: conversações iniciais a partir da “Lama da Samarco”. *In*: Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, 4, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj3uYK8n63iAhUuLLkGHRcrDicQFjABegQIAxAC&url=https%3A%2F%2Fanaiscebo.emnuvens.com.br%2Fcebo%2Farticle%2Fdownload%2F112%2F104&usg=AOvVaw1N4WwE90VRMKEb0dDkWsWa>. Acesso em: 21 mai. 2019.

MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristina (Orgs.). **Desastre no vale do rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo dos; MANSUR, Maíra S. A firma e suas estratégias corporativas no pós-boom das commodities. *In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (org.). A questão mineral no Brasil - Vol. 2. Antes fosse mais leve a carga: Reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale / BHP Billiton*. Marabá (PA): Editorial iGuana, 2016. p. 51-86.

MOREIRA, Sérgio A. S. **Avaliação ambiental estratégica vista como reguladora das práticas de desenvolvimento regional: caso da implementação no pólo industrial e de serviços de Anchieta**. 2008. Monografia (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

PEROZINI, Leonardo M. **A inserção do município de Anchieta na expansão da região metropolitana da Grande Vitória**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: [http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/9339/1/tese\\_11435\\_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/9339/1/tese_11435_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 21 mai. 2019.

RAMSEY, Jase; ALMEIDA, André. **A ascensão das multinacionais brasileiras**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

RODRIGUES, Mauri. **Novas tecnologias organizacionais e seus impactos sobre o trabalho: o caso Samarco**. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

VIEIRA, L. C. Z.; LOUREIRO, C. F. B. Estratégias de harmonização: análises de espaços de explicitação dos Conflitos Ambientais em Anchieta, ES. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS*, 5, 2010, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2010. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT16-71-929-20100903195055.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2019.

ZANOTELLI, C. L. A expansão de polos industriais no litoral sul do Espírito Santo e a renda da terra. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS*, 7, 2014, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: Associação de Geógrafos Brasileiros. Disponível em: [http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403190822\\_ARQUIVO\\_Aexpansao\\_dopolosindustriaisnolitoralsuldoEspiritoSantoearendadaterra\\_artigoENG2014\\_.pdf](http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403190822_ARQUIVO_Aexpansao_dopolosindustriaisnolitoralsuldoEspiritoSantoearendadaterra_artigoENG2014_.pdf). Acesso em: 21 mai. 2019.